

ZUMBI VIVE

20 de Novembro marcado pela resistência

Pela democracia, contra perdas de direitos e pelo avanço da luta antirracista

A luta antirracista cresceu e se fortaleceu junto à luta pela democracia que marcou a resistência à Ditadura Militar no final dos anos 70.

A Unicamp, através da participação do Movimento Negro e das representações de funcionários, estudantes e professores sempre esteve à frente dessa luta, articulando a comunidade e a sociedade para resistir ao racismo e construir uma sociedade justa, marcada pelo respeito aos direitos e pela democracia.

Essa foi uma luta que conseguiu avanços e rompeu um falso conceito estabelecido pelas elites de que o Brasil não era um país racista. A própria constituição de 1988 incorporou o crime de racismo, nos seguintes termos: A Constituição Federal de 1988, no seu Art. 5º inciso XLII, determina que "A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito de reclusão nos termos da lei". E Art. ... - XLI "A lei punirá a qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais".

Garantido esse pressuposto na lei a batalha seguinte foi a luta pela cidadania e o respeito à igualdade. Foram passos importantes no sentido de garantir um estatuto que tratasse da igualdade racial e políticas afirmativas que reconhecessem que a condição de exclusão tirou da população negra a chance de competir em condições de igualdade. Também lutamos pela valorização das personalidades, da cultura e da beleza negra, cobrando espaços na mídia e na sociedade para contrapor a visão que sempre relacionou o negro à escravidão, à violência e à miséria, criando esse estereótipo na sociedade.

Nesse contexto veio também a discussão do 20 de Novembro já que a ideia da Abolição, configurada na assinatura da Lei Áurea, no 13 de Maio de 1988, não expressava um marco para o Movimento Negro. A Abolição acabou sendo um processo formal e as relações continuaram sendo escravocratas, não permitindo nenhum direito aos negros, inclusive intensificando a negação de sua identidade.

Em 1995 ocorreu uma grande marcha, denominada Zumbi 300 anos, marcando a comemoração dos 300 anos da imortalidade do líder do Quilombo de Palmares. Dessa luta e mobilização avançamos para o reconhecimento oficial de Zumbi dos Palmares como herói nacional. A semana do 20 Novembro passa então a ser o referencial da luta antirracista e essa data, graças a luta do Movimento Negro é reconhecida como feriado em vários municípios. Mas essa é uma luta que persiste. A resistência de setores atrasados da sociedade em não

aceitarem o reconhecimento de um herói que simboliza a luta contra o racismo no país, mostra que ainda há muito o que se fazer.

STU sempre pautou a semana da Consciência Negra na Unicamp

Entre os trabalhadores da Unicamp há uma grande parcela de negros e negras. O STU, desde o tempo da Assuc, sempre teve atuação destacada na luta antirracista. Participamos de todas mobilizações que culminaram em várias denúncias e conquistas. A valorização dos trabalhadores, a luta contra a terceirização e as conquistas que pautaram o reconhecimento do 20 de Novembro na Unicamp e o recente reconhecimento da política de cotas étnico raciais, dentre outras, foram marcas da luta antirracista na Unicamp que o STU esteve presente.



MARCHA ZUMBI DOS PALMARES
20 de Nov./2018
Concentração as 10h
Estação Cultural Antonio da Costa Santos
Antiga Estação Cultural Praça Floriano Peixoto, s/nº - Centro

Nossa Luta é:

- Em Defesa das Cotas Raciais;
- Contra o Racismo Institucional;
- Contra o extermínio do povo negro, através do Genocídio da Juventude Negra;
- Pela Implementação da Lei 10.639/2003;
- Pela Titularização Imediata de Todos os Territórios Quilombolas;
- Não aos Crimes Contra as Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.

**PARTICIPE!
DIVULGUE!**

Vamos colorir nesse Povo na Póvoa,
tocar Nossos Ins Trunfempis!
Quem toca tem que se tocar!
(letra de Comptoneiro 10)

COMITE
20 de
NOVEMBRO

TORNEIO ZUMBI DOS PALMARES

Tradicionalmente, o STU organiza o Torneio Zumbi dos Palmares. Em breve o calendário dos jogos será divulgado nas nossas redes sociais.

FEMINISMO NEGRO

Mulheres Negras: dupla discriminação



Deputados Federal Daniel Silveira e Estadual Rodrigo Amorim pelo PSL/RJ destruíram homenagem a Marielle (Reprodução Facebook)

Apesar dos avanços importantes que tivemos nos últimos anos, que incluiu a regularização do trabalho doméstico (Lei Complementar 150/15), a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) e de algumas políticas públicas, a situação das mulheres ainda é marcada por muita discriminação e violência, fruto da cultura machista que prevalece na sociedade. Essa é uma situação ainda pior quando as vítimas são a população LGBTI.

Quando se trata das mulheres negras esses dados são ainda mais estarrecedores. Segundo o IPEA/2013 (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), as mulheres negras representam um contingente de 53 milhões de brasileiras, numa população residente de 201 milhões de habitantes. Elas recebiam 51,1% dos rendimentos das mulheres brancas e de cada cem mulheres negras chefes de família, onze estavam desempregadas. Trazendo esses

dados para 2018 onde o desemprego já chega aos 13% da população economicamente ativa, esses números estão ainda piores.

A redução dos investimentos em moradia, saúde, o aumento da violência doméstica e criminalização da pobreza, dentre outros, tem sido a tônica do momento político que estamos vivendo. A eleição de Bolsonaro só reforça essa tendência conservadora e racista que pautou o seu discurso no processo eleitoral.

As mulheres negras estão sendo golpeadas no seu corpo e na sua cidadania. O Brasil vive uma situação genocida ofertada por um estado em colapso. Marielle Franco, vereadora no Rio de Janeiro, mulher negra que denunciou o abuso de poder foi executada e o crime não esclarecido até hoje.

Em uma manifestação durante a campanha eleitoral, num ato de deboche e desrespeito, o deputado Rodrigo Amorim (PSL) rasgou a placa que simbolizava uma homenagem à Marielle. Nesse ato estava presente o candidato a Wilson Witzel (PSC) eleito governador por aquele Estado e outros candidatos. Essas são as autoridades que deveriam se empenhar na apuração do crime.

Mas tudo isso não cala a nossa voz! As mulheres e, em especial, as mulheres negras continuarão firmes na defesa dos seus direitos, por mais espaço de poder, por **#NenhumaAMenos**.

Aqui na Unicamp, caberá ao STU e às demais organizações unir força para fortalecer a luta das mulheres negras frente aos ataques em curso.

Quem sofre com a violência?

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), entre 1980 e 2013, 106.093 pessoas morreram por sua condição de ser mulher.

O Brasil tem a quarta população carcerária do mundo, sendo que 42 mil são mulheres e dos 622 mil detentos que lotam os presídios que servem de recrutamento e escola para o crime organizado, mais de 60% são negros, a maioria jovens e 75% deles têm até o Ensino Fundamental Completo, segundo o Ministério da Justiça.

Dados do Atlas da Violência do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) dão conta de que a cada 100 assassinatos que ocorrem no Brasil, 71 são negros. Os negros possuem chances 23,5% maiores de serem

assassinados em relação aos demais brasileiros.

Por traz dessas duras estatísticas existem famílias que sofrem vítimas do descaso do Estado, do crescimento do crime organizado e da manipulação dos veículos de comunicação, que transformaram a dor fruto das violências urbana e doméstica num show fomentado pelo ódio e discriminação.

Com tantas ameaças de retrocessos nas políticas públicas frente às conquistas da população negra não há outro caminho a não ser a organização e mobilização. Por isso, o STU está propondo a organização de uma frente democrática para garantir direitos e fortalecer a luta antirracista.

Como agir se você for vítima de preconceito racial ou discriminação religiosa?

Descubra o que você deve fazer para denunciar casos de preconceito racial ou discriminação religiosa:

- Anotar data, hora, local, atos, frases e gestos discriminatórios praticados pelo agressor;
- Procurar ajuda de possíveis testemunhas e anotar nome, telefone e endereço delas;
- Identificar precisamente o agressor, se possível com nome e endereço;
- Registrar Boletim de Ocorrência, explicando que a motivação da discriminação, agressão física ou verbal foi racial ou religiosa.